



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA**



Crislane Onório Pontes

UM ESTUDO SOBRE RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maceió, Alagoas

2018

CRISLANE ONÓRIO PONTES

UM ESTUDO SOBRE RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais, pelo Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof Ms.Evelina Antunes Fernandes de Oliveira

Maceió, Alagoas

2018

CRISLANE ONÓRIO PONTES

UM ESTUDO SOBRE RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

APROVADA EM: 10 de Outubro de 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms. Evelina Antunes Fernandes de Oliveira
ICS/UFAL



Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart
CEDU/ICS/UFAL



Prof. Dr. Welkson Pires da Silva
ICS/UFAL

“A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

- Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força a cada etapa concluída e por ter me dado coragem para finalizar esse trabalho!

Ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, pela oportunidade de desenvolvimento desta pesquisa.

A professora Evelina Antunes Fernandes de Oliveira por ter aceitado ser minha orientadora, bem como por toda ela que me foi dedicada, por toda paciência, disposição e compreensão, permitindo que este trabalho se desenvolvesse da melhor forma possível.

Aos meus pais Maria Betânia Onório Pontes e Gerônimo Firmino Pontes por serem meu alicerce! Por toda paciência, companheirismo e incentivos diários para comigo, me dando forças para continuar nesta jornada.

A minha irmã Maria Jennefer Onório Pontes pelo apoio de sempre, e minha tia Quitéria Onório da Rocha que me escuta e aconselha nos momentos de desespero.

A Jônatas Absalão da Silva Barbosa, meu companheiro, por toda ajuda, carinho, paciência e por ficar sempre ao meu lado, nos bons (e nem tão bons) momentos. Seu incentivo foi essencial para a concretização desse sonho!

As minhas amigas Élide Monique da Costa Santos e Denise da Silva, por toda ajuda nas dúvidas que tive, apoio emocional, incentivo, carinho e tempo que me disponibilizaram para o desenvolvimento e concretização deste trabalho.

*A todos,
minha gratidão.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1 – UM BREVE DEBATE SOBRE RACISMO E DIREITOS HUMANOS.....	10
1.1 O racismo do ponto de vista histórico e social.....	10
1.2 Sobre a discriminação racial, as leis e as lutas políticas.....	12
CAPÍTULO 2 – O ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA ESCOLA.....	19
2.1 Breve histórico da luta por cidadania e efetivação das pautas antirracistas no Brasil.....	20
2.2 O combate ao racismo na escola.....	22
2.3 A lei 10.639-2003 e o combate ao racismo no cotidiano em sala de aula.....	24
CAPÍTULO 3 – OBSERVANDO A QUESTÃO DO RACISMO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA.....	27
3.1 Prática docente.....	27
3.2 Análise dos livros didáticos	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre a discriminação racial presente na sala de aula e tenta contribuir na luta para que a cidadania chegue plenamente à estudantes negros. Longe de pretender concluir esse tema, nossa intenção é colaborar sobre como podemos superar a prática do racismo no processo de ensino e aprendizagem num país marcado por seu longo passado escravagista. Assim, além de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema o racismo na escola, é apresentado um breve histórico sobre como os movimentos de luta pela cidadania da população negra ganharam força no Brasil durante a redemocratização, o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da lei 10.639/2003 e suas implicações no combate ao racismo na educação. Por fim, é feita uma análise sobre como os livros didáticos tem abordado o racismo na escola, para tanto, utilizamos os livros “Tempos modernos, tempos de sociologia” da editora Brasil (2010) e “Sociologia em movimento” da editora Moderna (2013).

Palavras-chave: Racismo; Educação Básica, Cidadania.

ABSTRACT

The present work aims to make some reflections on the racial discrimination present in the classroom and tries to contribute in the fight for citizenship to reach fully black students. Far from wishing to conclude this topic, our intention is to collaborate on how we can overcome the practice of racism in the process of teaching and learning in a country marked by its long slavery past. Thus, in addition to a bibliographic research on the subject of racism in school, a brief history is presented on how the struggle for citizenship of the black population gained strength in Brazil during the re-democratization, the emergence of the Statute of the Child and Adolescent (ECA) and law 10.639 / 2003 and its implications in the fight against racism in education. Finally, an analysis is made of how textbooks have dealt with racism in school, for which we use the books "Modern times, sociology times" of the publishing house Brazil (2010) and "Sociology in movement" of Moderna (2013).

Keywords: Racism; basic education; citizenship

INTRODUÇÃO

A discriminação racial no Brasil continua sendo um fenômeno social presente na formação e desenvolvimento das crianças negras em nosso país. Da simples “brincadeira” feita por um colega de escola até o modo como é trabalhado o conteúdo do livro didático, muitas são as características da prática do racismo e do seu questionamento, que podem ser verificadas no âmbito escolar. Esse ambiente no qual gerações e gerações tem se formado contribui para dificultar o não reconhecimento da identidade racial do povo negro e a consequente reprodução do racismo.

É esse contexto histórico e social que nos levou a um estudo sobre racismo na educação básica e as implicações no processo de ensino aprendizagem da criança negra na Educação. Nosso objetivo é tecer algumas considerações a fim de contribuir com a discussão desse tema na tentativa de somar força no combate à discriminação racial nas escolas. Evidentemente, não se propõe aqui – em hipótese alguma – apresentar nossas considerações como acabadas ou como capazes de esgotar o tema. Temos apenas o intuito de contribuir com uma pequena parcela na reflexão sobre as questões que envolvem a luta contra o racismo no campo da educação, especialmente no Ensino Médio.

A crescente retomada de posições explicitamente racistas por setores da sociedade brasileira, somada com o racismo velado – e por inúmeras vezes – naturalizado em nossas relações sociais, assim como o fato de eu ser negra e testemunhar cotidianamente o racismo imbricado em todas as esferas sociais foi o que nos levou a escolha do tema. A especificação de se analisar o racismo no campo educacional veio em consequência de considerarmos a escola (em especial a educação básica) como um dos principais meios de formação e desenvolvimento dos indivíduos enquanto seres sociais.

Diante do citado acima foi elaborado o seguinte questionamento: O racismo é uma questão social e, portanto, está presente nas escolas. Sua importância neste lugar tem a ver com a formação de crianças e jovens, com o desenvolvimento profissional de seus professores e com a valorização da escola como um espaço de pertencimento para todos os envolvidos.

Utilizando como metodologia para o desenvolvimento desse trabalho a pesquisa qualitativa feita através de pesquisa documental e bibliográfica, sendo assim necessária a leitura, seleção e interpretação de textos, artigos, livros, sites e livros didáticos para melhor adequação ao conteúdo.

Dividimos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, buscamos caracterizar brevemente o racismo, traçando linhas gerais sobre sua origem histórica no Brasil e o processo de naturalização das relações racistas. Em seguida, apontamos a luta por direitos humanos, relacionando a questão racial com o surgimento e crescimento dos grupos e coletivos de lutas política e jurídica, assim como a criação do Estatuto da Igualdade Racial. No segundo, assinalamos alguns pontos históricos e algumas conquistas angariadas pelos movimentos sociais no campo dos direitos humanos e de combate ao racismo, culminando na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e da lei 10.639-2003. Dedicamos o terceiro capítulo a análise de dois livros didáticos de sociologia distribuídos pelo Ministério da Educação em escolas públicas: “Tempos modernos, tempos de sociologia” da editora Brasil (2010) e “Sociologia em movimento” da editora Moderna (2013). Observamos nesses dois livros alguns pontos que julgamos importantes, como o espaço dedicado em cada um deles ao tema, os elementos didáticos propostos para o estudo do conteúdo e os referências teóricas utilizados pelos autores. Também acrescentamos a experiência do meu estágio supervisionado a fim de fazer algumas observações das relações em sala de aula – ou a ausência delas – entre professores, alunos e o livro didático relacionadas ao nosso tema. E por fim, o quarto capítulo, onde fazemos as considerações finais.

Perante o exposto a pesquisa teve como objetivo geral discutir o racismo nas escolas de educação básica. E como objetivos específicos contextualizar historicamente o racismo; refletir sobre as normas antirracistas (leis e orientações oficiais) na educação escolar; observar a importância dos professores no tratamento à questão do racismo nas escolas; relacionar o tema racismo com a experiência do estágio supervisionado e o uso dos livros didáticos.

Não há dúvidas sobre a imensidão dos desafios para se superar a discriminação racial no Brasil. Também não temos dúvidas sobre ser a educação um dos principais caminhos para se lograr êxito nessa questão. Refletir sobre como podemos combater o racismo na sala de aula, para efetivamente pensarmos uma educação capaz de criar uma identidade dos alunos negros com sua própria história é um passo fundamental na direção defendida neste trabalho

CAPÍTULO 1 – UM BREVE DEBATE SOBRE RACISMO E DIREITOS HUMANOS

Este capítulo trata da prática social da discriminação racial, a partir de sua conceituação no campo das ciências sociais, numa perspectiva histórica e também sobre a cobertura legal básica para combatê-la.

As diversas formas em que o racismo tem se configurado ao longo dos últimos séculos, levou a nossa sociedade a reproduzir o racismo como parte integrante do conjunto das relações sociais.

Entendendo o racismo como uma prática social excludente ou segregadora, deve-se pensar sobre ela do ponto de vista dos direitos, dos movimentos de defesa da juventude negra, na qual está inserida boa parte da população jovem no Brasil. Neste sentido, as várias tentativas de implementação dos direitos humanos e leis voltadas ao combate destas práticas, serão apresentadas com um enfoque maior às leis aprovadas no Brasil direcionadas à esfera educacional.

1.1 O racismo do ponto de vista histórico e social

O debate sobre o racismo apresenta várias vertentes, pois, ele se renova a cada mudança da sociedade, em cada conjuntura social e política. Campos afirma (2017, p. 1) que as elaborações e estudos sobre o racismo assumem três dimensões básicas ao ser objeto das Ciências Sociais: a estrutural, a ideológica e a prática. A primeira é quando se considera as estruturas socialmente construídas ao longo da história alicerçadas pelas sociedades escravistas; a segunda diz respeito aos estudos e pesquisas que procuraram explicar a inferioridade da raça negra; a terceira dimensão se realiza e se realizou num conjunto de práticas sociais que expressam conteúdos racistas.

Campos (2017, p. 16) assinala que a compreensão da complexidade do racismo pode ser aprofundada se considerarmos “o formato contemporâneo que o racismo vem assumindo”, as diferentes maneiras de conceituá-lo e as lutas antirracistas.

Ao longo da história diversos contextos se apresentam, e o racismo, que inicialmente é um dos alicerces da sociedade escravista, acompanha essas transformações e vai se adaptando ao conjunto das relações e práticas sociais. Os negros foram escravizados, vistos como animais e por muito tempo foram humilhados, espancados, não tinham seu espaço e viviam apenas para trabalharem, se reproduzirem e morrerem.

Podemos perceber que o racismo existente em nossa sociedade é uma herança de um passado distante, no entanto, cada vez que um ato de racismo é cometido reafirmamos valores e comportamentos que continuam a tratar os negros de forma desrespeitosa ou mesmo desumana, ainda que eles representem uma parcela significativa da população, como se servissem apenas como mão de obra, ou no mínimo pessoas com menos direitos. Essa herança atravessa as mudanças do capitalismo e vem acompanhando suas modificações estruturais e conjunturais, trazendo consigo muitas vezes a concepção de que os negros são inferiores e desprovidos de capacidade.

Feres Junior (2006, p.164) afirma que a libertação dos escravos (1888) mudou a condição legal (carteira assinada, e abertura do acesso aos direitos em geral), mas não resultou em uma modificação significativa de sua posição social. O autor atribui esse fato à falta de habilidade e preparo dos libertos para o trabalho livre e para a competição por postos no novo modelo de sociedade que surgia. Em consequência disso, sobraram para os negros as ocupações mais degradantes e periféricas da economia rural e urbana, o que os manteve presos aos estratos sociais mais baixos.

Mesmo com a abolição, os negros continuaram sendo vistos por boa parte da população, e continuam até hoje, em pleno século XXI, como seres inferiores e que só conseguem desenvolver atividades profissionais que não são valorizadas economicamente no conjunto da sociedade. Depois da escravidão eles tiveram que se adaptarem a um novo modelo de vida na sociedade moderna que se firmava. Dessa forma, os negros foram jogados à própria sorte na República que se instalou, seguindo uma organização social e política elitista, ou seja, favorável apenas aos mais ricos e, em geral, brancos.

Restou-lhes o subemprego com pouca ou nenhuma remuneração. E em muitos casos, também em função do analfabetismo e da pequena qualificação profissional, não eram contemplados pelas relações legais do trabalho assalariado nos grandes centros urbanos e também no interior do Brasil.

Em outras palavras, o que veio da Europa não foram só os valores do reconhecimento do mérito e da igualdade legal, mas também esquemas de valores que atestaram, com a força de verdade científica, a inferioridade dos negros e dos mestiços (FERES JUNIOR, 2006, p.170).

Então os negros passam a acreditar que para serem tratados como “gente” devem ser “iguais” aos brancos, fazendo com que os negros neguem suas origens, colocando em xeque a capacidade de construir sua própria identidade. Modificam seu modo de vestir, comer, falar, suas práticas religiosas, gosto musical, dentre outros, no intuito de se sentirem pertencentes aquela sociedade e não como seres primitivos. Com isso, os negros passam a se auto afirmarem

como mulatos ou pardos. Poucos se assumem como negros reafirmando um lugar de inferioridade, e muitos, até hoje não se sentem bem quistos na sociedade.

Essa espécie de dualidade entre aqueles que se reconhecem enquanto negros e se auto afirmam como tal e aqueles que acreditam que devem ser iguais aos brancos, tem se modificado ao longo dessas últimas décadas e tem ganhado novos traços e características no seio da sociedade, graças à luta política que alguns grupos de negros empreenderam em busca de reconhecimento de direitos e identidades.

1.2 Sobre a discriminação racial, as leis e as lutas políticas

No Brasil, a intolerância com negros é compreendida como uma marca. Uma marca que se revela imediatamente pela aparência, ou seja, pelas características de cada pessoa, como a cor da pele, o tipo de cabelo e o formato facial (boca e nariz). Dessa maneira, quanto mais as características físicas dos indivíduos se aproximarem do formato dos negros, as formas de discriminação racial podem ocorrer.

O especialista em Direito Antidiscriminatório Adilson José Moreira (2017, p.195) afirma que em toda a discussão que envolve o conceito de discriminação a ideia central é que ele produz desvantagens e envolve toda a sociedade de forma a se reproduzir de muitas maneiras. Esclarece que a discriminação, embora possa ser identificada individualmente (por quem agiu ou sofreu a ação preconceituosa) é um fenômeno coletivo que reforça a ideia de que alguns grupos sociais são inferiores e outros são superiores. Assim, entendemos aqui que preconceito racial se assemelha à discriminação racial.

Mas não é só através dessas características que podem vir acontecer preconceitos, pois, existem ainda diversas maneiras de discriminação racial. As explicações teóricas que trataram do tema do racismo também nos ajudam a entender a sua grande penetração em toda a sociedade. Uma delas é a ideia de raça, onde a mesma é baseada nas diferenças biológicas. Isso acaba gerando uma separação entre brancos e pretos, como pode ser observado em Guimarães (1999, p. 108) quando afirma que “a ‘raça’ é uma forma de carisma ou estigma grupal baseada na crença de uma herança genética que define o valor moral, intelectual e psicológico de um indivíduo ou de um grupo”.

Por outro lado, entender o racismo como problema social nos leva a pensar como ele é tratado do ponto de vista jurídico-legal, ou seja, a prática do racismo frente aos direitos de pessoas que sofrem o racismo. Moreira (2017, p.193) afirma que todo tipo de discriminação é sempre uma violação da lei, já que esta supõe igualdade entre as pessoas. Entretanto, é também

na abordagem das leis que encontramos motivos para entender a importância da defesa dos direitos humanos e especialmente das lutas antirracistas.

Os direitos humanos são responsáveis por tentar garantir as necessidades básicas de cada pessoa, resguardando o princípio de que todos são iguais perante a lei, como nota-se desde a Constituição Federal de 1988, ainda em vigor. Esses direitos não podem ser violados por puro preconceito, cabendo à lei regular atitudes discriminatórias, garantindo às pessoas a preservação de seus direitos fundamentais, em especial, sua dignidade. O ato de discriminar o próximo por si só, fere esse princípio de dignidade, tendo em vista que todos são iguais perante o Estado, não devendo haver distinção ou tentativa de imposição de uma raça sobre outra, conforme expresso na Constituição Federal de 1988: Art 5º: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, a segurança e a propriedade.

Embora existam leis para punir atos discriminatórios, a sociedade preconceituosa ainda propaga de maneira direta ou indireta condutas racistas. Alguns comportamentos racistas podem ser evidenciados claramente em nosso dia a dia, quando ocorrem as ofensas, os xingamentos, ou até mesmo a violência física. Esses atos afetam de maneira direta e veloz o indivíduo insultado.

Por outro lado, a discriminação indireta é proveniente de uma atitude racista não visível. Sorrateiramente para não chamar atenção de possíveis atos discriminatórios e para não ir de encontro com normas existentes, mas de modo sutil alguns atos silenciosos de preconceito são cometidos nas relações sociais. Entrevistas de emprego são um bom exemplo onde negros são desfavorecidos, pois na disputa por vagas entre pessoas com a mesma qualificação, mas com diferente cor da pele, está se torna um fator decisivo. De acordo com Guimarães (1999, p.109)

“O racismo brasileiro, quando publicamente expresso, surge através de um discurso sobre a inferioridade cultural dos povos africanos e o baixo nível cultural das suas tradições e de seus descendentes. O racismo atravessou duas grandes fases: da discriminação racial aberta, mas informal e secundada pela discriminação de classe e de sexo, que gerava uma segregação de fato dos espaços públicos e privados (praças, ruas, clubes sociais, bares e restaurantes) e a fase atual, quando, com a discriminação e a segregação raciais sob fogo, apenas os mecanismos estritos de mercado (discriminação de indivíduos e não de grupos) ou psicológicos de inferiorização de características individuais (ou auto discriminação) permitem a reprodução das desigualdades raciais”.

Uma das principais questões sobre o problema da discriminação é reconhecer a sua presença em determinados atos. Quem sofre o constrangimento e a humilhação de ser diminuído

em razão de sua cor, compreende o quanto é triste ter a certeza de que sofreu discriminação, pois, acabou “sentindo na pele”. É necessário que as pessoas percebam que estão sendo discriminadas em razão da cor da pele e façam as devidas denúncias, pois racismo é crime. A lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989(DOU,1989, p. 369) define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Deixando claro em seu Art. 20 que :

Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97);

Pena: reclusão de um a três anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)”.

Como exposto, sabemos que existem diversos fatores sociais, econômicos e culturais responsáveis pela reprodução cotidiana do racismo. Contudo, é comum ouvir que a discriminação não se dá apenas em razão da cor da pele, mas também por questões econômicas. De fato, pode acontecer de uma pessoa de cor branca e rica ter um melhor tratamento em relação a uma pessoa de cor preta e pobre. Mas todos, em geral, discriminam pessoas pobres. Em razão disso, é necessário que além das leis que possam defender a qualidade de vida para todos, se faça a propagação de políticas públicas no combate à discriminação racial, como é o caso do Estatuto da Igualdade Racial, Lei Nº 12.288, de 20 de Julho de 2010.

O Art. 1º esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de discriminação racial (BRASIL, 2010, p. 14)

Mesmo com todo o histórico de racismo no Brasil e no mundo, é comum se ouvir de setores da sociedade e mesmo por parte do Estado, que não há discriminação racial. Contudo, é importante destacar o trabalho de diversos movimentos de combate ao preconceito racial, que tem sido instrumento fundamental para evidenciar na sociedade a existência efetiva da segregação social em virtude da cor da pele. Ou seja, as leis são necessárias na luta contra o racismo, embora não sejam suficientes, inclusive porque o cumprimento das leis também se dá de forma diferente entre os vários grupos sociais. Na pauta de muitos movimentos sociais que defendem direitos da população negra está presente a reivindicação pelo cumprimento de leis. A própria existência dos movimentos pode ser entendida como um indicador de que as leis não estão sendo cumpridas.

Os movimentos sociais que lutam todos os dias contra o racismo são de suma importância, em virtude de darem visibilidade ao fato de que ninguém tem o direito de

menosprezar o próximo por conta da cor da pele. É uma luta árdua, com avanços e recuos. Na história recente do país, principalmente pós-redemocratização, podemos citar o Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER), criado em 1999, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), fundada em 2000, e a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), que surgiu em 1988.

O Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER) surge como um espaço para auto-organização da Kizomba, grupo político formado por jovens negros que atuavam como corrente política interna dentro da União Nacional dos Estudantes (UNE). Após 10 anos, em 2009, na cidade de Salvador, deliberaram por atuarem também em outros espaços, deixando de se restringir ao movimento estudantil. Desde então, o movimento tem realizado diversas atividades e participado de diversas lutas em âmbito nacional.

A Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros (ABPN) foi fundada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tendo como finalidade o ensino, pesquisa e extensão de temas de interesse das populações negras do Brasil. Aporta integrantes em todas as regiões do país e, nestes 18 anos de existência já realizou dez congressos nacionais para promoção de suas atividades.

A União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO) foi criada na cidade de Salvador, por um grupo pequeno de militantes negros para articular a luta contra o racismo e combater as desigualdades. Atualmente conta com 12 mil filiados, distribuídos nos 26 estados do Brasil e tem se tornado referência mundial no combate ao racismo.

Sobre Alagoas, recentemente foi criado o Instituto do Negro de Alagoas-INEG AL, organização não governamental que tem como objetivo a promoção da população negra do Estado nas esferas pública e privada, por meio do incentivo e à pesquisa e estudos voltados a elaboração da historiografia do povo negro. Sua primeira publicação foi em maio deste ano, quando foi lançado o livro: “Cabeça preta: pesquisas sobre a questão racial em alagoas”, no qual foi possível reunir diversos autores negros e negras que puderam expor seus trabalhos sobre a realidade dos negros no estado.

Todos estes movimentos foram – e são – importantíssimos para a efetivação de mecanismos capazes de assegurar minimamente, as condições de luta dos ativistas que lutam contra o racismo. O pouco que conseguem dissipar a respeito da discriminação racial se torna uma grandiosa vitória diante do vergonhoso passado escravagista e da frequência com que vemos acontecer casos de racismo em nossa sociedade.

Além das lutas políticas necessárias, há outro caminho igualmente importante que é a preocupação da formação do indivíduo enquanto ser social. Nesse sentido, educar as crianças e

jovens numa perspectiva que questione o racismo e o aponte como algo que pode ser mudado se faz de extrema urgência; este assunto será enfatizado no próximo capítulo.

A formação dos indivíduos por meio da educação transita em diversas esferas da vida de cada um e está presente no conjunto das relações sociais, em cada sociedade. Isto torna a luta pela implementação de políticas propositivas por meio do Estado brasileiro (e suas unidades federativas) relativamente complexa, uma vez que existem outras políticas públicas, além da educacional, que dizem respeito à dignidade do ser humano, como aquelas da área de saúde, moradia, meio ambiente, etc.

Não cabe aqui discorrer sobre o processo cognitivo e de formação da personalidade de cada indivíduo. Contudo, desde os primeiros contatos sociais da criança até a sua formação adulta, existem várias possibilidades de intervenção por meio de políticas que podem ser experimentadas pela sociedade e que tenham como finalidade o combate ao racismo. A formação escolar tem um papel central neste processo.

Dessa forma, ressalta-se a importância das políticas públicas voltadas para combater o racismo no Brasil no âmbito da educação, pois, para a contribuição deste trabalho, o que vai interessar são as ações que apontem à superação do racismo que vá para além das ações punitivas e repressivas.

A cobrança para a execução dessas políticas tem ganhado muita força. A relação do Estado brasileiro, após a redemocratização, com organismos e países internacionais em acordos que versam sobre normas de combate à discriminação racial no mundo, tem se aprofundado e contribuído significativamente, para a inserção de grupos da sociedade civil que lutam pela efetivação das políticas chamadas afirmativas ou inclusivas, como afirma Godinho (2009, p.79) que ao serem instituídos canais mais amplos e diretos de acesso de grupos organizados ao processo decisório, os processos de preparação e de implementação das recomendações de Durban (2001) geraram condições favoráveis à atuação governamental com o objetivo de reduzir desigualdades raciais.

Ainda de acordo com autor, tais condições favoreceram a implementação de programas de ação afirmativa no país, os quais já integravam há tempos, o rol de demandas do movimento negro.

As recomendações de Durban, as quais Godinho faz referência, foram o resultado da Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. Essas recomendações foram fundamentais para diversas

campanhas políticas pelo mundo, inclusive no Brasil, para que os estados criassem e viabilizassem políticas públicas de combate ao racismo.

A pressão exercida pela comunidade internacional nos acordos de combate à discriminação racial no mundo somada aos movimentos nacionais, levou a criação de vários espaços de discussão e deliberação sobre o combate ao racismo no Brasil, inclusive em instâncias do poder executivo, facilitando a aprovação de programas de ações afirmativas, que há tempos faziam parte das demandas do movimento negro, em especial no âmbito do sistema educacional.

As cotas no ensino superior público e a lei que institui o ensino de História da África e cultura afro brasileira e africana nas escolas públicas e particulares são exemplos de ações governamentais propositivas, que também resultam da luta política. Como a preocupação deste trabalho é pensar sobre o racismo nas escolas de ensino médio, não serão discutidas as políticas de cotas que incidem sobre as universidades.

À medida que os avanços e conquistas foram abrindo caminho para a autoafirmação das características individuais dos membros da população negra frente à sociedade, foi-se criando novos espaços de pertencimento em diversos setores que, até então, eram restritos aos brancos. Isso vem contribuindo como uma arma a mais de combate a segregação racial, no sentido de rompimento das barreiras “invisíveis” da discriminação indireta já citada.

Ao se referir às várias formas de socialização desenvolvidas por crianças e jovens, Gadea (2013, p. 563) chama a atenção para novas configurações das relações entre estudantes negros, ao introduzir um distanciamento com o (suposto) “grupo primário” do pertencer, ao ingressar em múltiplas atividades e fazer parte de novos “círculos sociais”, desenvolvendo uma experiência negra que se percebe situada num “ponto de interseção” dos grupos que, por um lado, os vinculam com outras pessoas e modos de vida e, pelo outro, de forma fundamental, com os outros jovens negros.

Ainda de acordo com autor, todo esse processo social e esse diagnóstico sobre as novas formas que a experiência negra adquire, na atualidade, sugerem compreender que a individualização e a diferenciação social, pelos inter cruzamentos de sociabilidade que permitem, constituem uma condição para o desenvolvimento de novas afiliações a grupos e, de maneira fundamental, para a própria expansão do espaço da negritude.

Sem ter a pretensão de esgotar o debate no campo das Ciências Sociais sobre o racismo e suas diversas formas de difusão, queremos olhar para algumas questões que colocam o racismo em sala de aula.

As ações políticas colocadas em prática por diversos grupos e por várias gerações ao longo destas últimas décadas, nos permite afirmar que o conhecimento sobre este passado recente é importante para que os próximos passos possam lograr mais êxitos. A criação de leis antirracistas, as políticas públicas e todos os organismos coletivos de combate à discriminação racial evidenciam que as nossas forças têm – e devem ter – foco em todas as dimensões e esferas sociais.

Sendo assim, também se faz necessário se aproximar cada vez mais dessa complexidade em que se reproduz e se configura o racismo nos dias atuais. Com vimos, a nossa estrutura social tem como uma de suas bases o racismo, que tem se rerepresentado por meio de ideias e práticas racistas colocadas e reproduzidas por grupos e indivíduos, mesmo após o surgimento e disseminação de leis antirracistas.

Como afirma Campos (2007, p 18) para entendermos o racismo na contemporaneidade é preciso explorar os conceitos que envolvem o tema, sua historicidade e compreendermos melhor as lutas antirracistas. A discriminação se apresenta de forma cada vez mais complexa e, é preciso compreendê-la para continuarmos a avançar e termos possibilidades de mais vitórias contra o racismo. Mesmo no atual cenário de ressurgimento e crescimento de ações e práticas racistas.

1.3 Breve histórico da luta por cidadania e efetivação das pautas antirracistas no Brasil

Podemos entender a luta pelos direitos dos negros do ponto de vista de sua inserção no conjunto dos direitos humanos e como bandeira de luta de grupos negros organizados, durante o século XX, mas também é importante dizermos que associações de negros existiram bem antes. Além dos Quilombos, que foram comunidades negras de resistência política e cultural, existiram várias associações religiosas e de lazer em várias partes do País. A grande diferença entre estas associações está no fato de serem organizadas pelos próprios negros ou organizadas para os negros. O ponto comum é a reunião de negros pobres carentes de vários tipos de assistência.

É sabido que desde o século XVIII temos algumas organizações religiosas católicas, como a irmandade dos pretos que acolhiam e prestavam assistência social aos pretos pobres. Em Alagoas, segundo o historiador Ernani Méro (2015), A Irmandade do Rosário dos Pretos foi criada em Maceió, Penedo e Marechal Deodoro, em 1830. Já as comunidades religiosas de matriz africana, o candomblé e a umbanda, irão aparecer em Alagoas na primeira metade do século XX.

Estas associações que reuniam pessoas negras com reivindicações específicas encontrarão no debate sobre direitos humanos no Brasil o apoio para a sua expansão e consolidação.

É no fim da segunda guerra mundial (1945), quando o mundo começa a direcionar a sua reconstrução, no bojo das discussões sobre a elaboração de leis e postulados que pudessem garantir direitos humanos universais, após as atrocidades inimagináveis da guerra, que as políticas públicas de combate as mais variadas formas de discriminação começam a ganhar força em diversos setores da sociedade e instituições do Estado. E aqui, o combate ao racismo vai ser questão central a ser contemplada nos resultados apresentados pelas convenções e espaços criados pelos estados e seus organismos e acordos internacionais.

A discussão internacional sobre direitos humanos iniciou-se logo após o genocídio imposto pelo nazismo na segunda guerra, culminando com a declaração universal dos direitos humanos de 1948 e ratificada na declaração universal dos direitos humanos de Viena, em 1993. Estas declarações introduzem uma concepção de direitos humanos universais e indivisíveis (FERNANDES; PALUDETO, 2010, p. 234).

É durante o regime militar (1964-1985) que os movimentos sociais vão dar corpo a pauta em torno dos direitos humanos. No fim dos anos 70 e início dos anos 80 há um enfraquecimento do poder político dos militares diante das manifestações pela redemocratização, o que ajudou a implementação paulatina de políticas públicas voltadas a promoção dos direitos humanos básicos aos excluídos da cidadania.

No Brasil, logo após a constituição de 1988, houve em 1989 a ratificação da convenção de Haia, dos direitos da criança e dos adolescentes e, em 1990, foi aprovado o estatuto da criança e do adolescente (ECA) e a lei de diretrizes e bases da educação (LDB n. 9.394/1996). (FERNANDES; PALUDETO, 2010, p. 236).

Com as transformações políticas pelas quais passavam o Brasil durante a redemocratização veio a abertura para que a sociedade civil pudesse intervir nas diretrizes e rumos da educação. A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n. 8.069, aprovada em julho de 1990, foi sem dúvida um dos principais avanços angariados pelos movimentos sociais frente aos novos desafios que nossa sociedade tinha pela frente após o período militar.

Cada item presente no ECA vai carregar consigo o peso de combater as desigualdades sociais, econômicas e étnicas existentes no país. Aqui, vale ressaltar uma dessas premissas:

ART16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I – Ir vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, as restrições legais;
- II – opinião e expressão;
- III – crença e culto religioso;
- IV – brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI – participar da vida política, na forma da lei;
- VII – buscar refúgio, auxílio e orientação. (BRASIL,2017, p .25-26)

Contudo, o combate ao racismo vai ser um dos principais fatores condicionantes para se lograr êxito dentro do proposto no ECA na busca por igualdade na educação, pois, ainda segundo (Fernandes e Paludeto, 2010, p. 239) “vivemos em regime de organização patrimonialista que não se propõe a igualdade, mas a indiferença pelos pobres, pelos moradores de rua, pelas favelas, pelos negros, pelos “com” educação e “sem” educação”. Como convivemos por mais de 300 anos com a escravidão, todas essas designações apontadas pelas autoras acabam por evidenciar o abismo ainda existente entre a realidade vivida pelos negros e a cidadania.

Escolhemos pensar sobre o racismo nas escolas para uma melhor compreensão dessa complexidade, pois tomamos a escola como um dos lugares centrais na elaboração dos processos de sociabilidade, como amplamente nos aponta a literatura, e o faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – O ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA ESCOLA

Conforme afirmamos no capítulo anterior, decidimos estudar a discriminação racial na Escola, pois acreditamos que a educação é um dos pilares da sociabilidade capaz de fomentar em cada geração os valores, práticas e saberes que podem vir a contrapor a discriminação racial presente nas escolas e, portanto, em nossa sociedade.

Como não poderia deixar de ser, no campo educacional encontramos diversos mecanismos, explícitos ou não, de reprodução de formas racistas de convivência. Não é difícil encontrarmos evidências de que cor da pele faz diferença no que diz respeito ao acesso e à permanência da população negra no ensino formal.

Considerando que os dados públicos são provenientes de auto declaração, o que nos remete à questão da identidade, construída durante mais de 300 anos numa estrutura social marcadamente escravagista e excludente, é importante observarmos que há um crescimento no auto reconhecimento da população negra, como nos informam os dados PNAD nos últimos anos. Para 2017, esta mesma fonte informa que 54,9% da população brasileira se declararam parda (46,7%) e preta (8,2%); enquanto o percentual de alunos do ensino médio que estavam na série esperada para a idade, foi de 76,4% de brancos e 63,5 de pretos e pardos.

Para termos uma ideia do tamanho deste problema, temos no Relatório do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB, 2018) que do total de matrículas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio 38% foram feitas por alunas, alunos ou seus responsáveis que se consideram negros (3%) ou pardos (35%), contra 31% de brancos e 30% não declararam cor ou raça. Quanto aos professores, 27% se declararam pretos (4%) ou pardos (23%) contra 43% de brancos e 28% que não declararam sua cor. Estes números nos informam que a população negra e parda envolvida nas escolas é enorme, e também que a ausência de declaração nos diz alguma coisa sobre a dificuldade do auto reconhecimento. Além disso, pesquisas e movimentos denunciam que a classificação *parda* oculta a identificação da população negra, da qual faria parte.

Com assinalou Maria Elena Vianna Souza (2012, p. 149), a partir da pesquisa que coordenou em escolas de Educação Básica, no Rio de Janeiro “a importância dos debates sobre a problemática racial da população negra brasileira para que seja possível refletir sobre a situação desvantajosa em que se encontra essa população”. Aponta para a necessidade de professores e gestores escolares buscarem cotidianamente práticas antirracistas, que estimulem uma identidade positiva entre as crianças negras.

O pressuposto contido nas leis que defendem direitos da população negra e nas pautas dos movimentos negros é que este grupo social busca cidadania. Esta é aqui entendida como a condição de participação de todos na sociedade, do ponto de vista político, social e econômico. Assim, pensar sobre cidadania numa sociedade de desiguais requer uma maior observação sobre as diferenças que compõem. E o nosso tema – racismo nas escolas – pode nos esclarecer alguns aspectos destas desigualdades. Sem ousar esgotar este assunto, queremos entender melhor como a luta antirracista enfrenta o problema do racismo nas escolas.

2.1 O combate ao racismo na escola

Além dos apontamentos feitos no primeiro capítulo sobre o racismo presente em nossa história, temos também a escola como um dos principais locais de reprodução do racismo. Tanto no que se refere ao conteúdo dos livros didáticos, que iremos abordar no próximo capítulo, quanto em relação às práticas de ensino e aprendizagem que acabam por camuflar a diversidade racial tão marcante no Brasil.

Estas práticas presentes nas escolas são o resultado de um sistema educacional reprodutor do conjunto das ideias dominantes, como apontado por Fernandes e Paludeto:

É evidente que a educação, escolar ou não, está sempre vinculada à ideologia que perpassa a sociedade na qual ela está inserida. Consequentemente, então, temos no Brasil, uma educação escolar ainda influenciada por uma ideologia racial que vê o negro como inferior (2010, p. 136).

Esse conjunto de ideias acaba por naturalizar a discriminação racial, uma vez que negligencia o processo histórico de escravização do negro como um processo político social. O desafio para quem se propõe a pensar a superação dos problemas raciais da nossa sociedade se faz justamente sobre como podemos equalizar essas diferenças historicamente construídas, tendo a educação como um dos pilares para se alcançar tal êxito.

Diferenças essas que foram cristalizadas paulatinamente pelas classes economicamente e politicamente prevaletentes ao longo da história, que sempre se auto reproduziram por meio do cuidado da desigualdade e violência sociais. Não apenas a violência física como também a recusa das inúmeras identidades presentes no Brasil para fundamentar sua dominação política e econômica sobre o povo negro. Oliveira e Lins apontam que

[...]a noção de identidade nacional e de raça construídas no Brasil permitiu a naturalização das desigualdades sociais, e serviu para a restrição dos direitos de determinados grupos e interferiu nos modelos discursivos e no sistema escolar pós-abolição (OLIVEIRA E LINS 2012, p. 342).

É justamente essa noção de educação desenvolvida e mantida ao longo da história do país que precisa ser modificada em nossas salas de aula. Ao analisar as especificidades da formação dos alunos e professores vivenciadas nas escolas, Souza (2012) nos aponta que:

Vivenciando o dia a dia escolar, percebe-se o quanto as diferenças culturais entre alunos e professores influenciam nas relações estabelecidas em tal espaço. Ora são as diferenças provocadas pelas diferentes faixas etárias, ora são aquelas provocadas pelo tipo de religião exercida, ora são os valores internalizados que cada sujeito expresso (SOUZA, 2012, p. 142)

São essas contradições que vão marcando a personalidade e as características de cada indivíduo ao longo de sua formação social. A escola surge como um importante canal de contato com outras culturas. No entanto, o nosso sistema patrimonialista acaba por prezar pela indiferença aos diferentes (conforme foi destacado acima) e a escola acaba por corroborar com essa reprodução social ao passo que

[...] as contradições culturais, econômicas e sociais atingem os sujeitos sociais em suas vidas, em seus objetivos, em seus cotidianos. Mas, a escola, em nome de uma educação universal para todos, esquece de tais contradições. Por essa razão, encontram-se em jogo, suas identidades individuais e coletivas (SOUZA, 2012, p. 142).

É necessário romper com essa lógica educacional que esconde de cada geração a sua própria narrativa e que faz submergir as diferentes culturas e identidades raciais. Acreditamos que essa é a proposta apresentada por Souza:

“É nesse sentido que entendemos a educação étnico-racial como forma de educar para a cidadania, ou seja, a partir do momento em que a identidade das crianças negras e mestiças afrodescendentes são valorizadas para esse seguimento populacional possa se emancipar cada vez mais e lutar por sua inclusão nos espaços políticos, sociais e econômicos da sociedade brasileira” (SOUZA, 2012, p. 122).

É nessa mesma direção que apontamos a urgência de mudanças nas relações em sala de aula, com as devidas modificações na formação dos professores e conteúdo dos livros didáticos, assim como o aprofundamento das leis necessárias às essas mudanças.

2.2 A lei 10.639-2003 e o combate ao racismo no cotidiano em sala de aula

A lei de Diretrizes e Bases da Educação 10.639-2003 resulta desse histórico de luta dos movimentos antirracista no Brasil, na medida em que tenta direcionar e alterar as bases da educação nacional, ao instituir as diretrizes para o ensino e estudo da História e cultura Afro-brasileira e que bate de frente com essa naturalização do racismo.

Cabe frisar que, assim como as leis já citadas voltadas para a promoção da cidadania, a lei 10.639 encontra diversas dificuldades para sua efetiva implementação. Contudo, é necessário também afirmar que ela é um passo fundamental para o aprofundamento das conquistas já realizadas pelos movimentos sociais de combate ao racismo.

Essa busca por uma educação capaz de dar ao negro uma experiência de pertencimento social pela afirmação da sua identidade se faz urgente trazer ao debate a necessidade de se desnaturalizar essa as relações discriminatórias. Em relação ao negro na escola é um passo essencial no avanço da luta contra o racismo. Dessa forma, a experiência relatada por Oliveira e Lins (2012), ao tratar a questão do racismo velado em sala de aula, demonstram bem como essa questão aparece e como pode ser combatida.

O caso apresentado nesse trabalho fala de uma menina negra, aluna de uma escola do Rio de Janeiro que, durante uma atividade fotográfica com sua professora fora chamada de “macaca”. Este caso, assim como outros do mesmo tipo, motivaram os educadores da escola a inserir rodas de conversa entre os alunos sobre o tema, visando a construção coletiva de superação do racismo imbricado neste exemplo. Assim, Oliveira e Lins (2012) afirmam que:

[...]na concepção de partilha que as rodas trazem, temos a ideia de retorno à pessoa, onde são produzidos significados e aprendizados. A partilha pode ocorrer via dois canais: o oral, com o conversar, e o escrito, com registros do vivido que podem alargar as possibilidades do compartilhar, além de oferecer uma condição privilegiada par a reflexão (OLIVEIRA; LINS, 2012, p. 334).

Esse caso acabou por implementar no calendário dessa escola o debate permanente entre alunos e professores sobre questões de discriminação e se ampliou, posteriormente, aos pais dos alunos, a medida em que os resultados foram se mostrando satisfatórios.

Importante destacar aqui o quanto é fundamental a participação extra sala de aula na formação dos alunos no que diz respeito ao combate do racismo. Uma vez que a escola é apenas uma parte dessa formação, a inserção das demais instituições que fazem parte dessa formação é fator determinante dessa construção.

Ainda segundo Oliveira e Lins (2012), um outro exemplo positivo que também pode ser destacado foi o vivenciado no Colégio de Aplicação da UERJ em 2004, quando os educadores, aproveitando o período das olimpíadas daquele ano na Grécia, acabaram por trazer à sala de aula o tema sobre mitologia grega e sua contribuição histórica ao conhecimento humano. O trabalho realizado conseguiu fazer um paralelo com as origens do povo brasileiro para além da concepção romântica europeizada de junção harmônica entre brancos, índios e negros.

Como parte constitutiva dessa abordagem, a chamada cosmovisão (lendas e mitologias) dos povos indígenas e africanos; a origem dos números e das linguagens matemáticas; a alfabetização cartográfica, com a constituição do espaço geográfico e da história dos bairros, a história de vida das nossas crianças, através da produção de autobiografias (OLIVEIRA; LINS, 2012, p. 337).

Esse trabalho desenvolvido no CAP-UERJ, no qual se pode verificar o resgate da identidade da história da formação social do povo negro, por meio da autoconstrução da identidade individual, a partir do contexto vivenciado pelos alunos, demonstra um exemplo concreto no qual é possível romper com a formação unilateral tão presente na educação formal das escolas brasileiras.

Evidentemente, que esses dois casos por si sós não se apresentam como solução única num país tão diverso culturalmente como o nosso. Assim como também não podem ser vistos como uma solução que possa vir a ser realizada de forma isolada de outras formulações na estrutura e desenvolvimento dos projetos escolares. A saber, os próprios conteúdos dos livros marcados pelo eurocentrismo, na maior parte do século XX, também devem, conjuntamente, se transformarem nesse mesmo sentido, para que sirvam de base e deem possibilidades a introdução dessa perspectiva de construção de novos saberes efetivamente voltados à inserção de novas identidades pertencentes a cada seguimento da nossa sociedade, em especial, aos negros que, até então, foram excluídos do conjunto das teorias e práticas educacionais. É esse tema que iremos abordar no próximo capítulo.

Capítulo 3 – OBSERVANDO A QUESTÃO DO RACISMO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA E EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA DOCENTE.

O programa Nacional do Livro Didático-PNLD, criado em 1937, passa a incluir a disciplina Sociologia no ensino médio desde 2012. Até então, desde o final do século XIX, diversos tipos de material didático davam suporte às aulas desta disciplina, como os manuais, trechos de livros, de textos ou de matérias de jornal, cuja ordem e conteúdos eram escolhidos pelos professores e/ou escolas.

Mesmo considerando que nem todos os professores utilizam o livro didático da mesma maneira, que nem todas as escolas adotam efetivamente este livro e que em cada escola os

professores da disciplina escolhem os capítulos que irão trabalhar em sala de aula, e que esta monografia não incluiu uma observação sistemática que pudesse analisar informações sobre o seu uso, iremos fazer um exercício de crítica baseado na discussão que nossa pesquisa bibliográfica apontou sobre questões relevantes sobre o racismo em sala de aula.

3.1-Pratica docente

Inicialmente quero registrar minha experiência durante as disciplinas Estágio Supervisionado 1, 2, 3 e 4. Devido à falta de professores para estas disciplinas a carga horária do estágio supervisionado 2 foi concluída entre setembro a novembro de 2014 e a carga horária dos estágios 1,3,4 foi concluída entre abril e novembro de 2015.

Tive minha primeira experiência em sala de aula durante o estágio supervisionado 2, nas aulas de Sociologia, as terças-feiras no 3º ano do ensino médio, na Escola Estadual Josefa Cavalcante Suruagy, localizada na rua Dom Pedro II, Boca da Mata/AL, cidade onde moro. Já nesse primeiro momento, foi possível observar a discrepância entre a proposta de ensino de Sociologia – colocada pela Universidade - voltada para o ensino médio e como realmente ela estava sendo trabalhada na escola

Nos Estágios 1, 3 e 4, realizados na mesma escola, tivemos encontros quinzenais para a avaliação das atividades desenvolvidas na escola. Nesse período, pude contar com a orientação da professora Genelva da Silva Pedrosa, que me auxiliou no entendimento da dinâmica escolar nos quatro estágios.

Com formação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e sem formação em Ciências Sociais, a professora demonstrava dificuldades em trabalhar os conteúdos em sala de aula. Muitas vezes, ficava evidente a falta de domínio sobre o conteúdo do livro didático e alguns outros materiais colocados por ela (como recorte de jornais, letras de músicas e reportagens de revistas), o que acabava por reduzir as aulas à explicações superficiais sobre os assuntos e, em algumas vezes, passando-os como pesquisa a ser realizada em casa, tendo como fonte o próprio livro didático, para ser entregue e apresentada na aula seguinte.

O estágio é um momento decisivo da graduação. Nele é possível manter contato com o futuro ambiente de trabalho e analisar sobre se a escolha está sendo correta. Ter a oportunidade de vivenciar a realidade dos professores em sala de aula contribui para formação do profissional que se deseja ser e possibilita traçar o perfil a ser desenvolvido no momento do exercício da

profissão. Nesse contato, o estagiário pode imaginar suas futuras colocações sobre determinados assuntos, qual a didática necessária para melhor explorar cada tema em determinadas situações e a melhor maneira de manter uma boa relação com os alunos, objetivando ter a atenção deles para o tema trabalhado.

Por outro lado, também foram constatadas as dificuldades da profissão e toda a responsabilidade que temos ao entrar em sala diante da cruel realidade da educação no Brasil, em especial, Alagoas. Toda a visão romantizada sobre ser professor – muito presente nos anos iniciais da graduação - começa a se confrontar com os graves problemas e árduos desafios a serem enfrentados. Ficaram evidentes os problemas que existem e que podem impedir o exercício da sua função dignamente.

Por várias vezes, durante a prática docente, além da falta de alguns equipamentos básicos como *Datashow*, DVD, som com entrada para *pendrive*, etc., pude constatar que a professora não conseguiu tirar cópias do texto que queria trabalhar com os alunos, pois a fotocopadora da escola estava quebrada e sem previsão para conserto ou para a compra de uma nova. Muitas vezes a docente precisou pedir dinheiro aos alunos (aos que pudessem e quisessem) durante a aula para tirar as cópias para a aula seguinte, pois a mesma já havia colocado do próprio bolso em oportunidades anteriores.

Outro fator negativo bastante significativo foi a verificação de que todos os alunos recebiam os livros que seriam utilizados durante o ano letivo, porém muitos alunos chegavam para aula sem eles. Outros nem abriam na página informada pela professora, o que chegava a dificultar o planejamento pedagógico para o dia.

O trabalho fundamental do educador é despertar o senso crítico dos estudantes, fazendo-os pensar e refletir sobre cada assunto desenvolvido nas aulas. O livro é uma ferramenta essencial a ser explorado dentro dessa perspectiva. Infelizmente, ao contrário disso, o que presenciei no estágio foram pesquisas para serem feitas em casa e apresentadas em sala, não restando espaço para reflexões e questionamentos por parte dos estudantes.

Durante todo o período dos meus estágios o tema racismo não foi trabalhado em sala, mas achei importante este registro, visto que, assim como aconteceu com outros temas, provavelmente, o estudo sobre racismo também deve ter se dado sem muita discussão, e como

foi dito anteriormente, para trabalharmos com este tema é preciso discussão, reflexão e acolhimento por parte da escola e dos professores.

3.2 Análise dos livros didáticos

Neste capítulo iremos analisar dois livros didáticos da disciplina Sociologia no Ensino Médio sobre o tema racismo e/ou preconceito racial e/ou discriminação racial, com intuito de observar a apresentação do negro no livro didático. Estes livros foram escolhidos porque foram os livros didáticos indicados durante as minhas disciplinas de Estágio Supervisionado. Os quadros a seguir sintetizam nossa observação. Vale observar que o primeiro livro foi selecionado no PNLD 2012 e 2015 e o segundo no PNLD 2015.

Quadro 1- Livro Tempos modernos, tempos de sociologia. BOMENY, Helena & MEDEIROS. Bianca Freire. Tempos Modernos, tempos de sociologia. Rio de Janeiro: Ed. do Brasil, 2010.

O livro é composto por três partes e vinte capítulos.

Nº de páginas do livro do aluno	280
Nº de páginas do livro do professor	343
Nº de capítulos do livro do aluno	20
Capítulo do livro que tratou de racismo/discriminação racial/preconceito racial	Cap.16 “Desigualdade de várias ordens”
Observações	<p>Nesse capítulo o racismo foi apresentado em apenas dois tópicos dentro da explicação dos autores sobre as mais variadas formas de desigualdades sociais.</p> <p>Texto baseado em Gilberto Freyre e Oracy Nogueira. Como atividade, o livro propõe uma série de questões sobre o tema trabalhado para o aluno fazer um auto avaliação.</p> <p>O capítulo abordou apenas um fator como determinante: a aparência, deixando margem para se entender que alterando as características físicas tidas como de negros a posição na sociedade pode mudar.</p> <p>O livro deveria apresentar o contexto histórico do racismo, ter mais ilustrações para incentivar o interesse do aluno e, além disso, ter mais páginas dedicadas à luta contra discriminação.</p>

Quadro 2- Livro Sociologia em movimento. SILVA; Afrânio; et. al. Sociologia em Movimento, São Paulo; Ed: Moderna – 2013

O livro é formado por seis unidades e quinze capítulos.

Nº de páginas do livro do aluno	400
Nº de páginas do livro do professor	512
Nº de capítulos do livro do aluno	15
Capítulo do livro que tratou de racismo/discriminação racial/preconceito racial	Cap.5 “Raça, etnia e multiculturalismo”
Observações	<p>Neste capítulo o racismo foi apresentado de maneira satisfatória, trazendo questões relativas ao tema Texto baseado nos autores: KabengeleMunanga, Vera Maria Candau, Arthur de Gobineau,CesareLombroso, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, AhyasSiss. As propostas para a discussão do assunto são: questionários, indicações de filmes e vídeos, pesquisa com os professores da escola sobre o que eles acham sobre ensino de história da África e um congresso aberto para comunidade para apresentação do tema trabalhado.</p> <p>Um capítulo exclusivo para trabalhar uma abordagem clara dos conceitos de raça, discriminação, identidade étnica e suas relações. Discute atos discriminatórios que podem ser identificados de maneira direta ou indireta, provenientes de padrões cristalizados historicamente.</p> <p>Ao apresentar as lutas dos movimentos negros, o capítulo evidenciou de forma plausível a questão a ser discutida sobre o negro. Desromantizou a ideia do escravismo como algo natural.</p>

No livro sociologia em movimento da editora moderna, foi dedicado um capítulo inteiro intitulado:” Raça, etnia e multiculturalismo”. O mesmo inicia sua abordagem com uma “linha do tempo” de fácil e clara compreensão sobre as lutas que vem sendo travadas contra a discriminação racial. Usando como referência Kabengele Munanga e Vera Maria Candau, os autores desenvolvem a definição de preconceito, discriminação e segregação.

Os autores do livro tiveram a preocupação em trabalhar os conceitos utilizados com propriedade, isso fez com que o livro pontuasse pensadores específicos de cada área, e para debater o conceito de raça eles se utilizaram dos estudos de Arthur Gobineau e Cesare Lombroso. As pesquisas de Florestan Fernandes e de Gilberto Freyre ajudaram a desenvolver a reflexão sobre democracia racial e etnia. Por último, e não menos importante, foi trabalhado a questão da multiculturalidade com AhyasSiss

A acentuada cautela em reunir autores específicos para cada conceito fez com que esse capítulo, além de bem elaborado, conseguisse resumir em poucas folhas uma trajetória de séculos de sofrimentos e de lutas, na medida em que os pontos principais foram sendo apontados

por meio de: documentos oficiais, imagens de pessoas açoitadas, charges e reportagens de jornais, formando um conjunto de conteúdos capaz de aguçar a curiosidade do aluno para compreensão do tema proposto.

No mesmo sentido, o livro também apresenta de maneira eficaz o negro nas questões políticas, econômicas e sociais como resultado das relações e práticas discriminatórias definidas historicamente. O livro é composto por argumentações que enaltecem e quebram a imagem velada do negro apenas como ser inferior, como podemos ver no seguinte trecho: “Os europeus justificaram suas ações com a ideia de que esses povos eram inferiores porque possuíam características físicas e culturais diferentes. Construía-se, assim, uma forma de agir perante o outro que conhecemos como racismo (SILVA et al., 2013, p.112).

Já no livro “Tempos modernos, tempos de sociologia”, da editora do Brasil, encontramos apenas pequenos espaços dedicados diretamente ao tema: “Todos iguais ou muito diferentes” e “preto na pele ou preto no sangue?”. Mesmo citando teóricos como: Gilberto Freyre e Oracy Nogueira, os autores do livro vão desenvolver o tema reduzindo a questão racial no Brasil única e exclusivamente à aparência, como podemos ver no trecho: “no Brasil, são levados em consideração outros “sinais”: um cabelo mais liso ou um nariz afilado podem “transformar” um filho de pais negros em “moreno” ou “mulato” (BOMENY et al, 2010, p.198).

Não se utilizando de imagens ilustrativas ou algum outro mecanismo didático para estimular os alunos e, principalmente, não contextualizando historicamente a discriminação racial na abordagem do tema, o livro deixa a desejar no que diz respeito à construção de uma identidade positiva entre as crianças negras.

Por fim, foi possível observar a ausência da história dos movimentos de luta contra o racismo, lutas que foram de suma importância para as conquistas, tanto no tocante aos direitos à cidadania quanto no que se refere ao tema tratado nesse trabalho (como citamos no primeiro capítulo).

Como é possível observar no quadro acima o número de páginas do livro do aluno possui uma diferença para o do professor, essa dissemelhança é chamada manual do professor que serve para auxiliar o profissional na elaboração de suas aulas. O manual então, a cada capítulo, traz indicações de textos, filmes, vídeos, músicas, entre outras indicações para que o professor se aproprie melhor sobre o tema trabalhado e consiga ministrar o assunto com excelência. Dessa forma, o livro abre a possibilidade para que, além do aluno, o professor, que não tenha propriedade para trabalhar com segurança determinado assunto, possa amplificar o seu

conhecimento, o que faz desse livro uma ferramenta capaz de orientar o ensino e a aprendizagem do estudante e auxiliar também na formação do docente.

Nos livros analisados é possível observar as características específicas de cada manual do professor. O manual direcionado ao docente no livro “tempos modernos, tempos de sociologia” deixa a desejar quando se trata de apresentar as ferramentas necessárias para basear o plano de aula. Mesmo apresentando as palavras-chaves, os conceitos e o objetivo de trabalhar determinado tema, o material didático não consegue situar de maneira satisfatória o profissional no que se refere a dinâmica da sua aula.

Já o manual produzido para o livro “Sociologia em movimento” consegue de maneira eficiente guiar o professor na elaboração do plano de aula, pois além de apresentar palavras-chaves, conceitos e objetivos, também apresenta os principais pensadores que contribuíram com cada tema trabalhado, o que incentiva os professores a pesquisarem aqueles que até então não tinham tido contato.

Contem sugestões de momentos para aula e apresenta filmes e textos, com pequenas sinopses para fundamentar o assunto, tanto para o professor, quanto para o aluno. Além disso, também oferece o gabarito das atividades do livro do aluno no mesmo espaço das demais contribuições para uma boa aula.

Ao analisarmos esses dois livros propostos em nossa pesquisa, podemos ver alguns pontos presentes:

Em “Tempos modernos, tempos de sociologia”, (2010) encontramos pouco espaço dedicado ao estudo sobre racismo. Como afirmamos, o conteúdo proposto era uma pequena parte de um capítulo. Como se não bastasse, inexistiam figuras ilustrativas e dados de pesquisa sobre a contextualização histórica do racismo no Brasil.

Já em “Sociologia em movimento” (2013) é notório o avanço que podemos enxergar ao comparar com o livro anterior. Aqui já temos um espaço maior reservado ao tema. Os autores dedicaram todo um capítulo para falar do racismo no Brasil. Com figuras ilustrativas e contextualização histórica da discriminação racial, os autores propõem diversas atividades didáticas para o aprendizado do tema. Entre indicações de filmes e textos, eles conseguem despertar a curiosidade do aluno. Nesta mesma direção e não menos importante, o livro ainda apresenta leituras complementares no exemplar do professor, tomando o cuidado de retomar leituras sobre cada item conceitual do capítulo, de modo a permitir um embasamento maior ao professor.

Considerando a temporalidade e as diferenças de conteúdo entre esses dois livros, podemos concluir que houve de fato avanços em termos de propostas de práticas pedagógicas para o ensino de sociologia, assim como uma conscientização maior sobre a importância do estudo sobre a discriminação racial no Brasil, na medida em que ficou claro o aumento do espaço dedicado ao nosso tema e o salto da qualidade e profundidade do material analisado.

As dificuldades encontradas em sala de aula, que foram vivenciadas durante os estágios relatados aqui, nos permitem concluir sobre a importância da formação contínua dos professores e professoras, de modo que os conteúdos sejam sempre atualizados e temas tão relevantes como o racismo tenham suas referências bibliográficas sempre atualizadas, baseadas nas pesquisas em Ciências Sociais, e assim apoiar o melhor desempenho dos docentes em salas de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de um trabalho sobre um estudo sobre racismo na Educação Básica foi fundamental para um aprofundamento do entendimento sobre como a educação pode contribuir no enfrentamento e na superação do racismo no Brasil. Estudar sobre a reprodução da discriminação racial em sala de aula acabou por nos trazer algumas reflexões importantes sobre os caminhos que podemos traçar para a criação e renovação de uma educação étnico racial.

Vimos como se faz necessário trabalhar com os alunos a questão racial brasileira por meio de novas perspectivas educacionais, tanto no conteúdo dos livros quanto na dinâmica de ensino e aprendizagem nas práticas em sala de aula. Notamos também como é importante a preparação do/a professor/a para orientar um debate qualificado em sala de aula.

Os dados apresentados neste trabalho nos mostram que ainda temos uma grande lacuna entre o que defendemos como direcionamento a ser almejado no campo educacional e o que temos hoje. Porém, também foi possível observar os enormes avanços da luta de combate ao racismo conseguido a duras penas pelos movimentos sociais antirracistas no Brasil.

A consolidação de leis direcionadas à garantia dos direitos humanos universais trouxe consigo, como não poderia ser diferente, as políticas públicas específicas voltadas ao atendimento das demandas antirracistas historicamente construída no Brasil. O Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a lei 10.639-2003 (2003) são provas deste movimento histórico.

Acreditamos que esses avanços são importantes e dignos de serem apontados como vitoriosos quando consideramos o contexto histórico apresentado no primeiro e segundo capítulos. Todos os autores que utilizamos como referência neste trabalho convergem quando tratam de caracterizar o nosso passado como um país alicerçado no escravismo por séculos. E vimos que este passado ainda não passou.

Uma das questões mais importantes foi verificarmos as relações entre os movimentos feitos pela sociedade e seus reflexos na educação. Definitivamente não há educação neutra diante das contradições da nossa sociedade. Se fazemos parte de um país forjado no escravismo, o sistema educacional vai carregar consigo os reflexos sociais desse modelo social, podendo por meio de seus mecanismos ratificar e colaborar com a manutenção do racismo – veladamente ou não – ou contrapor os padrões que ajudam a manter a discriminação racial.

A luta por transformações na educação de modo que essa possa ser voltada para a inclusão e desenvolvimento de uma identidade negra é de suma importância, uma vez que afirmamos acreditar que é na escola que se forja parte considerável da visão de mundo de cada indivíduo. Assim sendo, a consolidação das políticas públicas e a concretização das leis e diretrizes apontadas neste trabalho se fazem urgente para termos uma educação que possa despertar nos estudantes negros um processo de autoafirmação.

Optamos por direcionar a parte final do nosso trabalho à análise de um dos elementos que formam a educação e que precisam seguir nesse sentido de transformação: o livro didático. Acreditamos que esta evolução nas proposições do livro didático tendem a se fortalecer cada vez mais, na medida em que o tema possa ganhar força, não só por meio dos movimentos negro, nas lutas pela concretização das políticas públicas já aprovadas, mas também dentro da própria academia, no sentido de novas elaborações editoriais e formação de professores dentro da perspectiva da educação étnico racial.

Como dissemos, os desafios são muitos, mas ao mesmo tempo, como vimos neste estudo, muitos deles já foram superados por meio da luta de diversos setores da sociedade,

desde a resistência dos Quilombos, desde o século XVIII, até os movimentos negros contemporâneos. É esta concepção de que esta luta é a mesma – mesmo estando estendida por séculos – o pano de fundo desse trabalho. Dessa forma, não podemos deixar de acreditar que a educação pode e deve ser voltada para a promoção da cidadania de todos, inclusive daqueles a quem por séculos isso fora negado.

REFERÊNCIAS

ABPN. Movimento negro. Disponível em: <www.abpn.org.br> Acesso em: dia 20 de abril de 2018

BOMENY, Helena & MEDEIROS. Bianca Freire. **Tempos Modernos, tempos de sociologia**. São Paulo: Ed. do Brasil, 2010. Volume único

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
Brasil. Diário Oficial da União. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente-ECA**. Lei Federal numero 8.069, de 13 de julho de 1990, versão atualizada. Rio de Janeiro: CEDECA, 2017. 256 p.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 e legislação correlata. – 4. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 117p.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>.

CAMPOS, L.A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 329-507, mês. 2017.

CARVALHO, J. S. et al. Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 435-445, dez. 2004 .
COELHO, M. Movimentos sociais .2009. Disponível em:<www.unegroriodejaneiro.blogspot.com.br> Acesso em: dia 20 de abril de 2018.

ENEGRECER. Movimentos sociais. Disponível em: <www.enegrecer.blogspot.com.br> Acessado em: dia 13 de maio de 2018.

FERES JUNIOR, J. Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: para além da teoria da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 163-176, jun. 2006.

FERNANDES, A. V. M.; PALUDETO, M. C. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 233-249, ago. 2010 .

GADEA, C. A. O espaço da negritude e o reverso da africanidade: crítica sobre as relações raciais contemporâneas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 69, p. 563-579, dez. 2013.

GODINHO, R. O Normas e redistribuição: um estudo sobre condicionantes internacionais das políticas de combate ao racismo no Brasil.**Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 1, p.71-88. Jan/jul. 2009

GUIMARAES, A. S. A. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 103-115, fev. 1999.

IBGE-PNAD Contínua 2017-Educação. Acessível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>

INEG/AL. Movimento negro. Disponível em: <<https://inegalagoas.org/o-instituto>>Acesso em: dia 20 de abril de 2018.

MÉRO, Ernani. Igreja do Rosário dos Pretos em Maceió. Disponível em 26/10/2015 <https://www.historiadealagoas.com.br/igreja-do-rosario-dos-pretos-em-maceio.html>

MOREIRA, Adilson José. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Justificando, 2017.

OLIVEIRA, Luis Fernandes de et LINS, Mônica Regina Ferreira. Eu e o outro: o professor como artesão da interculturalidade. In: MIRANDA, Claudia, LINS, Mônica Regina Ferreira e COSTA, Ricardo Cesar Rocha da (Orgs). **Relações étnico-raciais na escola: desafios e práticas pedagógicas após a Lei n. 10.639**. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2012.p.333-354.

Relatório SAEB (ANEB e ANRESC) 2005-2015: panorama da década. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

SANTOS, Ivair Augusto Alves. O movimento negro e o estado (1983-1987): O caso do Conselho de Participação e desenvolvimento da comunidade negra no governo de São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo: CONE, 2010.

SILVA; Afrânio; et. al. **Sociologia em Movimento**. São Paulo; Ed: Moderna – 2013

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 423-445, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br>

SOUZA, Maria Elena V. Educação étnico-racial: uma forma de educar para a cidadania. In: MIRANDA, Claudia; LINS, Claudia; COSTA, Ricardo Cesar (orgs.). **Relações étnico-raciais na escola: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a lei n. 10.639**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2012.